

Jornalismo e Poder Simbólico: a cobertura de *Veja* e *Carta Capital* sobre o Partido dos Trabalhadores no período da crise do “mensalão”

Roberto Anderson Dornelles*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Índice

Introdução	1
1 O poder simbólico	2
2 <i>Veja</i> e o ataque direto ao Partido dos Trabalhadores	4
3 <i>Carta Capital</i> expõe as falhas do partido	8
Breves Comentários finais	12
Referências	14

Resumo

Esse artigo busca, por meio da análise de seis reportagens, averiguar de que forma as revistas *Veja* e *Carta Capital* realizaram suas coberturas sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) entre os meses de junho e agosto do ano de 2005, em que o governo Lula e o seu partido passavam pela crise do “mensalão”. O objetivo é assinalar que para além de realizarem coberturas diferenciadas e parciais, as revistas se utilizaram do “poder simbólico” na disputa entre si pelo monopólio da influência na sociedade no governo e no PT.

*Mestrando em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Palavras-chave: Jornalismo Político; Partido dos Trabalhadores; *Veja* e *Carta Capital*.

Introdução

As relações entre jornalismo e política datam, de forma geral da época da Revolução Francesa. Por um lado, essa relação, quase sempre conflituosa, coloca a imprensa como uma guardiã, com um real poder de fiscalização dos interesses da sociedade diante de possíveis ou eventuais desvios de conduta e aos ilícitos dos governantes. Por outro lado, aventa a possibilidade de que o jornalismo se atenha aos fatos, ou seja, tendo uma completa capacidade de isenção e neutralidade na cobertura cotidiana da política.

Com relação ao poder da imprensa, Lima (2006), levanta a hipótese de que a mídia noticiosa está exercendo várias das funções tradicionais dos partidos políticos. Conforme o autor, a mídia tem, por exemplo, construído uma agenda pública; gerado e transmitido informações políticas; fiscalizado as ações de governo; exercido a crítica das políticas públicas e centralizado

as demandas populares. “A ocupação desse espaço institucional pela mídia é apontada como uma das causas da crise generalizada dos partidos políticos”. (Lima, 2006:56). Dessa forma, poderia se dizer que a mídia estaria agindo como um verdadeiro partido político.

O que se poderia concluir, portanto, é que a imprensa tem, efetivamente, se tornado um meio que exerce poder nos campos político e social. Isso poderia ser verificado de duas formas, a primeira enquanto fiscalizadora, a segunda como instituição partidária. Porém discordamos da hipótese de que a imprensa, por meio do jornalismo, em seus diversos formatos, tenha tornado-se o que se convencionou chamar de “quarto poder”. De um ponto de vista das instituições republicanas, é possível afirmar que a imprensa não possui nenhuma característica de um poder constituído como o Legislativo, Executivo ou Judiciário. Ao mesmo tempo, as características típicas de um partido político, também não são atendidas por um empresa de comunicação. Acreditamos na possibilidade de que o poder efetivamente exercido pela imprensa seja estritamente um “poder simbólico”.

O principal objetivo desse artigo é realizar um breve estudo de três reportagens da revista *Veja* e três da revista *Carta Capital*, para averiguar de que forma foram realizadas as coberturas das duas revistas sobre o Partido dos Trabalhadores no período da crise do “mensalão”; objetiva-se ainda encontrar pistas de como essas revistas se utilizaram do poder simbólico para realizarem suas reportagens e com isso se colocaram na disputa pela hegemonia da cobertura jornalística. Essa proposta se dá pela importância que essas duas revistas possuem no cenário jornalístico brasileiro e por se tratar da cober-

tura daquele que por muito tempo foi considerado como o principal partido político de esquerda do Brasil.

1 O poder simbólico

Bourdieu alega que o poder simbólico é um poder que tem a capacidade de construir realidades. Também ressalta que as produções simbólicas da realidade são instrumentos que potencializam a dominação de uma classe que já detêm poder político e social.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “dominação dos dominados” (Bourdieu, 1989:11).

Além dessa função de legitimar a dominação dos já dominados, o poder simbólico, para Bourdieu, é um poder mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica. Nesse sentido, todas as formas de poder – poder econômico, poder coercitivo – se transformam em poder simbólico, pois esse tem a vantagem de não causar conflitos ou insatisfações quando estiver sendo utilizado para a dominação.

O poder simbólico é uma forma transformada, quer dizer, irrecognhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que eles encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (Bourdieu, 1989:15).

Dessa forma, Bourdieu deixa nítida a tese de que o poder simbólico está posto para exercer e legitimar a dominação das elites dominantes sobre as classes historicamente dominadas. Entretanto, o autor revela que a desarticulação e conseqüente destruição ou anulação dessa forma de poder, baseada na alienação e no desconhecimento daqueles em quem exerce influência, poderá se dar somente com a “tomada de consciência” sobre esse poder arbitrário. Nesse caso, o poder simbólico de desmobilização seria substituído por um poder simbólico de mobilização e de subversão, o que levaria o po-

tencializar o poder das classes dominadas de reagirem a essa dominação.

Thompson (2002) define o poder simbólico como “a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e de criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas”. (Thompson, 2002:131). Com isso, esse autor revela que aqueles que exercem o poder simbólico utilizam diversos recursos que ele denomina como “meios de informação e comunicação”. Thompson observa, ainda, que o exercício do poder simbólico é uma das principais formas de aquisição do poder político.

O uso do poder simbólico não é acidental ou secundário à luta pelo poder político, mas é essencial a ele. Todo aquele que quiser conquistar poder político, ou exercê-lo de uma maneira durável e efetiva, deve também usar o poder simbólico para cultivar e sustentar a crença na legitimidade. (Thompson, 2002:132).

O poder simbólico, portanto, é um poder essencial na disputa política, que engloba além de partidos políticos, sindicatos e outras instituições da sociedade civil, os meios de comunicação. Os políticos – que em uma democracia liberal são os representantes escolhidos pelos cidadãos para representarem suas necessidades e demandas – utilizam o poder simbólico para persuadir, influenciar e cultivar relações de confiança para que não corram o risco de serem perseguidos e até mesmo perderem seus mandatos caso não correspondam às demandas da sociedade. As empresas midiáticas também utilizam o poder simbólico.

De diferentes maneiras, as organizações de mídia estão todas interessadas no exercício do poder simbólico através do uso dos meios de comunicação de vários tipos. Algumas dessas organizações estão ligadas diretamente ao campo político, mas não se identificam com ele, pois são geralmente governadas por princípios diferentes e orientadas para diferentes finalidades. (Thompson, 2002:134).

A importância da mídia, e em especial do jornalismo, para a política não está somente no fato das empresas midiáticas utilizarem o poder simbólico, ligado ao campo político ou não, para atingir seus interesses. Essa importância se torna maior pelo fato da mídia ter se tornado o principal palco das disputas políticas, no qual a acumulação e/ou destruição do capital simbólico é crucial.

A mídia se tornou a arena central onde essa luta por poder simbólico é travada. Sendo a mídia o meio mais importante através do qual os líderes políticos se relacionam com os cidadãos comuns, ela se torna assim o meio principal por meio do qual os líderes políticos acumulam capital simbólico no campo político mais amplo. (Thompson, 2002:139).

O poder simbólico é, portanto, um instrumento de disputa por prestígio, status, ou lucro em qualquer setor da sociedade, seja no campo político, acadêmico ou jornalístico. Passamos nesse momento à análise da reportagem de *Veja* e *Carta Capital*, sobre o

PT, para verificarmos em que medida a utilização dessa forma de poder foi realizada.

2 Veja e o ataque direto ao Partido dos Trabalhadores

Nessa seção, analisaremos três reportagens publicadas pela revista *Veja*, que tratam diretamente do Partido dos Trabalhadores. Na primeira reportagem, publicada em 15 de junho de 2005, a revista *Veja* faz a primeira ofensiva direta contra o PT. Intitulada “O PT assombra o Planalto”, a reportagem utiliza como mote principal a entrevista concedida pelo ex-deputado Roberto Jefferson ao jornal *Folha de S. Paulo*, em que faz diversas acusações contra o PT. A mais grave delas é que o partido, por meio de seu então tesoureiro Delúbio Soares, tenha ao longo dos dois anos e meio de governo Lula repassado uma “mesada” de 30 mil reais a deputados da base aliada para que votassem de acordo com a vontade do governo. A reportagem investe de forma incisiva na contradição que isso resultaria para o Partido dos Trabalhadores, tido até então como o partido que empunhava a bandeira da ética, como princípio sólido e indispensável.

O PT, essa legenda que, acalentada no berço por sindicalistas, estudantes e intelectuais e alçada ao comando do país aos 22 anos de vida, senta agora no banco dos réus para ser acusada de carregar a mala preta, imagem-síntese da roubalheira nacional, para corromper e subornar políticos. [...] Logo o PT, que, em todas as pesquisas de opinião, sempre apareceu em primeiro lugar como o partido

mais “idôneo” e mais “confiável” do país. (Veja, 15/06/2005:54).

A reportagem, que mescla um texto narrativo com uma forte carga de opinião, conta, baseada na entrevista de Jefferson, como supostamente esse repasse de dinheiro se dava e quantas vezes o ex-deputado petebista teria tentado avisar ministros de governo para que estancassem a “mesada”. *Veja* especula pela primeira vez se o presidente Lula sabia ou não do esquema de corrupção e ironiza a situação do presidente que, segundo a revista, ao ser eleito teria sido comparado com o presidente estadunidense Franklin Roosevelt, mas que terá sorte se sair do governo diferente de Fernando Collor. Nessa reportagem aparece também uma possível tentativa de influenciar Lula a não concorrer ao segundo mandato, quando *Veja* revela “conversas reservadas” do presidente com interlocutores, em que Lula afirmara perder o ânimo de disputar a reeleição e que seu principal objetivo seria evitar um processo de impeachment e preservar sua biografia.

Ao longo da reportagem, *Veja* procura explicitar os motivos que levariam o PT a comprar votos na Câmara em favor do governo. Para a revista semanal, a principal explicação para isso se deve ao fato de que, na visão do PT, o Parlamento é um poder burguês, e com isso, a melhor forma para controlá-lo seria por meio de dinheiro. A visão da revista sobre a descoberta do “mensalão” e o que isso acarretou à imagem do PT pode ser resumido no trecho descrito a seguir.

O mensalão é um enorme desastre para o PT. O partido que encarnou as aspirações nacionais de ética na política e construiu uma

liderança moral agora enfrenta o desafio de reinventar-se, sob pena de virar cinzas. O PT perdeu uma perna quando arriou sua bandeira de combate à “política econômica neoliberal”, dado o fato de que o governo Lula aderiu – responsabilmente, diga-se – às práticas civilizadas do equilíbrio fiscal e manteve com ênfase redobrada a rota econômica do governo anterior. Restava seu discurso histórico em defesa da ética na política e da moralidade pública. Essa segunda perna começa agora a fraquejar. Terá o PT se degenerado numa máquina gluttona que corrompe até seus militantes mais antigos? (Veja, 15/06/2005:60).

Duas semanas após, com a reportagem intitulada “O assalto ao Estado”, *Veja* volta a investir contra o PT, afirmando na linha de apoio ao título que “O mensalão destrói a imagem ética do PT, mas o problema do país está na ocupação predatória do governo por petistas e aliados”. (Veja, 29/06/2005:59). Esta frase indica o caminho percorrido ao longo da reportagem que é dividida em dois momentos, o primeiro em que reafirma o que foi enfatizado na reportagem anterior, de que o “mensalão” teria arruinado com o patrimônio ético do PT e, no segundo momento, procura comprovar que o PT e seus aliados se apropriam de forma predatória do Estado, utilizando a força do governo para obterem benesses e disseminarem a corrupção.

Durante a reportagem, *Veja* busca provar a existência do “mensalão”. Entretanto, em determinado trecho reconhece que, naquela

altura dos acontecimentos, não há nada que incrimine o PT. “Já apareceram fartos sinais de que o mensalão pode mesmo ter existido no Congresso Nacional, mas, ao contrário do que diz Jefferson, nada surgiu envolvendo o PT. O que apareceu, até agora, envolve o PL e o PP”. (Veja, 29/06/2005:60). Portanto, a revista semanal se lança contra o PT, mas admite que apenas outros partidos teriam envolvimento com o esquema. Mais adiante, porém, *Veja* destaca que a suspeita da compra de apoio do PTB pelo PT, por 20 milhões de reais, estaria acompanhada de detalhes mais “críveis”.

Com relação ao fato de petistas e aliados se apropriarem do Estado, *Veja* elege o ex-ministro José Dirceu como principal artífice dessa forma de governo que, de acordo com a revista, se originaria na “sua concepção leninista de poder, na qual o partido está acima do Estado”. Com base nisso, a revista sentencia:

Há dados emblemáticos dessa concepção no governo petista. Uns são quase inofensivos, como aquela imensa estrela de flores vermelhas plantada nos jardins do Palácio da Alvorada, que serviu como um símbolo visual da confusão petista entre o que é o partido e o que é o Estado brasileiro. Outros acontecimentos, porém, têm produzido efeitos bem mais nefastos. É o caso das andanças do tesoureiro Delúbio Soares e do secretário-geral Silvio Pereira, ambos da direção do PT. Os dois foram ativos na distribuição de cargos na máquina federal, mas cumpriram essa tarefa na condição

única de “dirigentes partidários”, para usar uma expressão empregada por José Dirceu. Eles não exerciam, como não exercem, nenhuma função pública. Ou seja: na visão petista de mundo, está claro que basta pertencer ao partido para ter direitos sobre o aparelho estatal brasileiro. Eis uma explicação possível para o fato de que, hoje, passados dois anos e meio, o governo petista esteja oscilando entre duas chagas: o aparelhismo, reservado aos próprios petistas, e a pilhagem, autorizada aos aliados, aqueles insaciáveis soldados do “exército mercenário”. (Veja, 29/06/2005:63-64).

É notória a tentativa de associar o PT ao Partido Bolchevique russo. Isso demonstra o posicionamento ideológico que inúmeras vezes pode ser encontrado nos textos de *Veja*. A citação evidencia a tentativa de identificar tudo o que o senso comum acredita ser ruim ou ultrapassado – como o caso do Comunismo – ao governo Lula e ao PT.

Por fim, ao final da reportagem, *Veja* expõe um pequeno receituário do que deve ser feito.

As crises, como se sabe, são grandes encruzilhadas: delas pode-se tomar o rumo do abismo, mas não se pode seguir por ele sem tentar pegar o caminho da superação para melhorar. Não basta, como diria o Lula de outrora, ter vontade política, termo que sempre é sacado da algibeira quando se quer sepultar um assunto. O

caso agora é de ter uma política de vontades – vontade de deixar um legado duradouro e positivo para os brasileiros, vontade de alijar os aliados deletérios, vontade de modernizar o Estado e vontade de separar o público do privado e o partidário do público. *Veja*, 29/06/2005:67).

É possível perceber na citação acima que após evidenciar que o PT estaria se apropriando do Estado, *Veja* volta a apontar o caminho para que, na visão da revista, tudo possa ser solucionado.

Na edição de 17 de agosto de 2005, *Veja* possivelmente faz o seu principal e mais forte ataque ao PT ao longo dos 19 meses entre a crise do “mensalão” e as eleições de 2006. Com o título “A agonia de um partido” a revista aponta de forma direta o caminho que a reportagem trilha, a saber, de que o PT estaria em seus últimos dias de vida. “Enredado em cuecas recheadas de dólares, malas de dinheiro, empréstimos suspeitos e, agora, depósitos milionários em paraísos fiscais, o PT caminha agonicamente para o fim”. (*Veja*, 17/08/2005:66).

A revista narra um episódio em que deputados petistas chegaram a chorar ao ouvir o depoimento do publicitário Duda Mendonça em que ele afirmou que o PT repassou para suas contas em paraísos fiscais, cerca de 10,5 milhões de reais para o caixa dois. Conforme *Veja*, “eram lágrimas de luto por um quase finado partido”. Ainda nesse trecho da reportagem, a revista justifica que esse falecimento estaria se dando devido a “dinamites que o partido mesmo plantara em suas entranhas”, entre elas: “o desprezo pela democracia, a promiscuidade na relação

com o governo e o personalismo do mais notório de seus dirigentes, o ex-ministro José Dirceu”. (*Veja*, 17/08/2005:67).

No decorrer da reportagem, *Veja* chega a traçar semelhanças entre o Campo Majoritário¹ petista e o Partido Bolchevique russo, novamente numa clara alusão de que o PT teria uma tendência “comunista revolucionária/autoritária” dentro de seus quadros, o que nesse caso é totalmente o contrário, visto que o Campo Majoritário reuniria os petistas adeptos de uma linha de centro, com aliança junto ao empresariado e classe média da sociedade brasileira.

A revista semanal avalia também que o desprezo pela democracia, a promiscuidade na relação com o governo e o personalismo de seus dirigentes não foram os únicos motivos para a derrocada do PT. Conforme *Veja*, o deslumbre de alguns de seus principais representantes diante do poder foi vital para que o partido caísse em ruínas. Nesse contexto, em que *Veja* anuncia o fim do PT, é interessante analisar a posição da revista com relação ao que poderia ocorrer com a democracia brasileira que seria alijada de seu principal partido de centro-esquerda.

Há, dentro e fora do PT, quem defenda a esdrúxula tese de que o fim da legenda represente uma ameaça à democracia brasileira, em virtude do papel desempenhado pelo PT junto a alguns setores organizados da sociedade. Trata-se de uma bobagem por dois motivos. O primeiro é que em política – sabe-se – não há espaço para o

¹Tendência interna do PT que há mais de dez anos tem a direção do partido, seu principal líder era José Dirceu.

vácuo. A fila anda – e partidos nascem e morrem. Se ainda existe um espaço importante para a esquerda no espectro político nacional, ele deverá ser ocupado por outra agremiação. Depois, a democracia não só nunca dependeu do PT como jamais foi levada a sério por seus principais dirigentes – pelo menos enquanto valor universal. Para os petistas hoje pegos em flagrante litígio com a lisura, a democracia – assim como a ética – jamais foi um fim em si mesmo, mas apenas um meio de chegar ao poder – tem um valor “estratégico”. (Veja, 17/08/2005:70).

Fica evidente, na passagem acima, que a revista não encontra nenhum problema para a democracia com a falência do PT. Ao contrário, *Veja* observa que o Partido dos Trabalhadores nunca teve qualquer apreço pela democracia, vendo este sistema político apenas como meio de chegar ao poder. Dessa forma, a revista conclui que é possível que a passagem do PT pelo cenário político brasileiro não deixe um legado digno de respeito. Para *Veja* é mais provável que a história enfatize o efeito nefasto da existência do PT, visto que nos anos de 1990, o partido dedicou-se a uma oposição cerrada contra um modelo de governo que, na concepção de *Veja*, visava a modernização do Estado brasileiro por meio de propostas como a quebra do monopólio de telecomunicação² e a reforma da previdência. Com isso, a revista

²Privatização das telecomunicações no governo Fernando Henrique Cardoso.

evidencia sua posição com relação ao modelo econômico que o Brasil deve seguir, a saber, o neoliberalismo que, no governo Fernando Henrique Cardoso, foi levado a cabo com primazia.

No fim da reportagem, *Veja* conclui de forma brilhante sua ofensiva contra o PT: “Felizmente, esse petismo de resultados tem encontro marcado na lata de lixo da história com outras experiências reais do ideário marxista”. (Veja, 17/08/2005:72).

3 Carta Capital expõe as falhas do partido

Na primeira reportagem em que *Carta Capital* aborda o PT como o principal ator da crise que atingiu a política brasileira em 2005 e 2006, a revista retrata a mudança do partido da fase que *Carta Capital* chama de “inocência política”, para uma fase de “pragmatismo eleitoral”. A reportagem do dia 20 de julho de 2006, intitulada “O PT enfia o pé na jaca”, revela ainda que o discurso e a imagem de partido ético que o PT sustentou ao longo de mais de 20 anos não resistiu ao financiamento de campanhas pela via ilegal do caixa dois.

Fazem parte da pré-história ética do PT os anais de uma reunião exemplar para discutir a contribuição da empreiteira Norberto Odebrecht à campanha de Cristovam Buarque ao governo do Distrito Federal, em 1994. O caso é um típico rito de passagem, que marca a transição do partido do estado de inocência política para o mundo do pragmatismo

eleitoral. Descoberto o financiamento de R\$ 200 mil (registre-se que declarados a justiça eleitoral), a militância exigiu a devolução da quantia proveniente da empresa porque essa não era apenas uma empreiteira, como mantinha com o governo local contratos de obras. Oito anos depois, Buarque candidatou-se ao Senado e foi eleito com a contribuição financeira da mesma Odebrecht que, naquela mesma eleição de 2002, contribuiu para a campanha do presidente Lula, de dois candidatos a governador e, via empresas coligadas, de inúmeros senadores e deputados. (Carta Capital, 20/06/2005:29-30).

O trecho acima marca de forma incisiva a modificação pela qual passou o partido. *Carta Capital* relata que na época de “inocência política”, o PT tinha como principal fonte de arrecadação a venda de camisetas, bonés e estrelinhas de peito, promoção de rifas e jantas. Já no tempo de “pragmatismo eleitoral”, o partido passou a apostar fundamentalmente na arrecadação de fundos junto a empresários, que trazia muito mais recursos e permitia a contratação de equipes de vídeo, artistas, showmícios e veiculação de comerciais na imprensa.

A paulatina capacidade de arrecadação do partido está no embrião de personagens como Delúbio Soares. Em 1994, a então tesoureira da campanha de Lula à Presidência, Tatau Godinho, divulgou uma arrecadação de R\$ 4,2

milhões. Um terço do dinheiro viera de pequenas contribuições, como a venda de camisetas e realização de festas. Em 1998, a campanha de Lula arrecadou R\$ 3,9 milhões, e havia milhares de contribuições de R\$ 1. Como favorito em 2002, o montante alcançou R\$ 39 milhões. A transformação financeira do partido parece que contagiou a cúpula, como se fossem acionistas com direitos a dividendos de uma empresa que cresce. Sinais exteriores de riqueza pipocaram aqui e acolá. (Carta Capital, 20/06/2005:30-31).

Esses sinais de riqueza da cúpula puderam ser observados nos principais personagens que levaram o PT a essa crise. De acordo com *Carta Capital*, Delúbio Soares passou a fumar apenas charutos cubanos da marca *Cohiba Lanceros* que custam cerca de R\$ 300 cada caixa. Dirceu combinou o gosto pelos mesmos charutos cubanos com vinhos chilenos que não saiam por menos de 100 dólares a garrafa. O ex-secretário-geral do partido, Silvio Pereira, no entanto, foi o principal exemplo dessa súbita riqueza. Em depoimento a Polícia Federal, Pereira disse que ganhava R\$ 9 mil por mês como dirigente partidário, mas possuía um apartamento no valor de R\$ 180 mil, uma casa de praia avaliada em R\$ 400 mil e um jipe que custava cerca de R\$ 75 mil. A revista, com isso, faz uma incisiva crítica a esses dirigentes partidários que utilizaram o crescimento do partido para ascenderem financeiramente no âmbito particular e arremata:

Boa parte da crise deveu-se ao poder avantajado de Delúbio

Soares e Sílvio Pereira, a chamada infantaria de Dirceu e da corrente do Campo Majoritário dentro do partido. No PT reproduziu-se a chamada lei férrea das oligarquias, termo cunhado pelo sociólogo alemão Robert Michels, que diz sempre existir numa organização um grupelho que manda no pedaço. (*Carta Capital*, 20/06/2005:32).

Ainda nessa reportagem, *Carta Capital* busca as raízes do caixa dois e revela que esse processo de financiamento ilícito de campanhas data dos anos de 1950, em que Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves tiveram suas experiências, além de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Para a revista, o PT passou a ser apenas mais um a fazer parte do rol de participantes que se renderam a essa forma de fazer política.

Na edição de 10 de agosto de 2005, com o título de “Rastros na lama”, *Carta Capital* volta a criticar o PT por ter utilizado dinheiro não contabilizado em campanhas eleitorais.

Não é recente. Mas, desta vez, o pântano em que se transformou o processo eleitoral abalou o Partido dos Trabalhadores. Metido no atoleiro, o PT deixou inconsolável uma órfã: a ética. Depois de 25 anos com um discurso rigoroso e implacável contra a corrupção, os petistas viraram vidraça. (*Carta Capital*, 10/08/2005:30).

A partir dessa constatação, a revista relata a divisão que ocorreu dentro do partido entre aqueles que defendiam a renúncia de parlamentares petistas acusados de envolvimento

com o esquema de corrupção, e aqueles que levantavam a ideia de que a renúncia para fugir de uma possível cassação do mandato deveria ser também uma renúncia da legenda. Ou seja, os parlamentares que resolvessem fugir da cassação deveriam ser impedidos de concorrer pelo PT nas eleições de 2006.

A divisão mencionada pela revista originou um bloco de parlamentares petistas, intitulado “PT livre”, composto pela ala mais à esquerda do partido, que estaria criticando a aproximação com o PMDB e ameaçava não participar das reuniões da bancada e nem votar com o governo de forma incondicional. A intenção desse grupo seria afastar o Campo Majoritário da direção do partido. No entanto, *Carta Capital* censura esse tipo de dissidência que, na visão da revista, levaria a um enfraquecimento maior da legenda já alvejada por todos os lados da oposição.

É importante destacar nessa reportagem que, embora *Carta Capital* critique ostensivamente o PT e seus membros que aderiram à lógica do financiamento ilegal para ganhar eleições, a revista analisa que muitos dos sacadores das contas de Marcos Valério podem ter utilizado esse dinheiro para, realmente, pagarem dívidas de campanhas. Isso revelaria um ato censurável, mas de forma nenhuma caracterizaria uma compra de votos na Câmara dos Deputados até porque *Carta Capital* classifica como estranho o fato de o governo comandado pelo PT ter que pagar parlamentares petistas para votar com o governo.

A tarefa de reerguer o PT é o mote da reportagem intitulada “Missão impossível?”, do dia 31 de agosto de 2005. A linha de apoio ao título é extremamente esclarecedora: “O PT sobreviverá à tempe-

tade? Tarso Genro poderá conduzi-lo na transição?”. (Carta Capital, 31/08/2005:26). Nessa altura da crise, o ex-ministro da Educação Tarso Genro já havia assumido interinamente a presidência do partido com o objetivo principal de dar novo fôlego à legenda. Esse novo fôlego seria, num primeiro momento, a mudança na forma e nos condutores do PT, ou seja, a substituição total ou de uma grande parcela da cúpula partidária que levou o partido ao estado de desorganização, uma ideia que já apareceu numa reportagem anterior do dia 17 de agosto do mesmo ano.

Entretanto, a disposição e a força para que essa mudança ocorresse passava unilateralmente por uma disputa interna que *Carta Capital* tratou de evidenciar de forma bastante enfática:

Apesar da crise aguda a ameaçar o futuro do partido, o que se viu nas últimas semanas foi um lamentável espetáculo no qual a disputa interna pelo poder parece prevalecer sobre a urgência de um consenso que dê novo rumo ao partido. Uma guerra de foice opõe o presidente do PT e ex-ministro da Educação Tarso Genro e o grupo do ex-chefe da Casa Civil José Dirceu. (Carta Capital, 31/08/2005:26).

Essa disputa se daria pelo fato de Genro tentar afastar Dirceu da chapa do Campo Majoritário que disputaria à eleição do PT, marcada para setembro daquele ano. Genro, que concorreria para se manter no cargo de presidente da legenda, estaria sendo bombardeado por integrantes do Campo Majoritário que viam na sua atuação, como presidente interino, um projeto pessoal que o

levaria no mínimo a concorrer ao governo do Rio Grande do Sul, nas eleições majoritárias de 2006. Com isso, Genro teria sido coagido, até mesmo pelo presidente Lula, a se conter nas críticas, principalmente a Dirceu. Genro havia proposto, também, a aliança do Campo Majoritário, de viés centrista, com correntes mais à esquerda do partido, para que não só a burocracia que comandou o PT nos últimos dez anos fosse afastada, mas para que se pudesse pensar um programa de reconstrução estratégica do partido. Porém, essa ideia não estaria sendo levada muito a sério. Muitos dos que atacavam Genro e viam nisso a possibilidade de demovê-lo da ideia de concorrer a presidente do partido, passaram também a atacar setores da esquerda partidária que criticavam parlamentares que haviam recebido dinheiro das contas de Marcos Valério, dizendo que isso era uma atitude hipócrita dessa parcela do PT.

Na segunda parte da reportagem, *Carta Capital*, faltando mais de um ano para as eleições presidenciais, passa a tratar da possibilidade da reeleição do presidente Lula e em que termos isso se daria. Primeiro avalia que o sucesso da reeleição de Lula estaria muito ligado ao resultado das eleições internas no PT. Outro ponto muito importante, levado em conta pela revista, é que a campanha de Lula não teria sustentação apenas nos resultados da política econômica e teria, portanto, a necessidade de incorporar em sua plataforma propostas que beneficiassem o meio produtivo e que tivessem alcance no meio social também.

No trecho final da reportagem, a revista destaca pesquisas de opinião que informam uma recuperação na popularidade do presidente e enfatiza um de seus discursos em que Lula disse que as denúncias

de corrupção contra o governo e o PT partiam de “gângsteres”, e se comparou a ex-presidentes como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, que também haviam atravessado graves crises em seus mandatos. Contudo, *Carta Capital* avalia que mesmo o discurso tendo agradado, Lula precisará mais do que isso para garantir a reeleição e sentença: “Vença ou não a disputa, o desempenho eleitoral de Lula em 2006 é fundamental para a sobrevivência do PT”. (*Carta Capital*, 31/08/2005:30).

Breves Comentários finais

É importante destacar que esse artigo não se preocupou em examinar se as denúncias de corrupção que recaíram sobre o PT no ano de 2005 são falsas ou verdadeiras. Isto porque a prática da “colonização” do Estado por interesses privados é uma constante na história política do Brasil. O trabalho tampouco pretendeu colocar em discussão ou em questão a importância da liberdade de expressão e a função básica do jornalismo político de disponibilizar para a sociedade informações de interesse público, o que na prática contribuiria para caracterizar a natureza democrática do regime político e a legitimidade do trabalho jornalístico. Por fim, é importante destacar que também não era objetivo desse artigo averiguar se as revistas tiveram uma cobertura parcial ou mesmo tendenciosa.

A análise proposta nesse breve artigo buscou evidenciar a forma como as duas revistas semanais com visões bem opostas cobriram o mesmo tema. Sobretudo, procurou visualizar de que modo as revistas utilizaram do poder simbólico para fundamentarem suas abordagens.

Contatamos que a primeira investida de *Veja*, logo após a denúncia de Roberto Jefferson, buscou atingir diretamente a ética do PT, que era considerada como um patrimônio quase exclusivo desse partido. “O mensalão é um enorme desastre para o PT. O partido que encarnou as aspirações nacionais de ética na política e construiu uma liderança moral agora enfrenta o desafio de reinventar-se, sob pena de virar cinzas” (*Veja*, 15/06/2005:60). Esse é um trecho que exemplifica a contestação de *Veja* a ética petista, e que, a nosso ver, utiliza de forma muito explícita o poder simbólico na construção de seu argumento.

Na segunda reportagem de *Veja* estudada nesse artigo, encontramos duas associações simbólicas que denotam a forma como a revista tenta influenciar não só a opinião pública, mas os próprios membros do PT. Na primeira associação, *Veja* credita a José Dirceu uma “concepção leninista de poder, na qual o partido está acima do Estado”, que influenciando o PT, autorizaria “o aparelhismo, reservado aos próprios petistas, e a pilhagem, autorizada aos aliados, aqueles insaciáveis soldados do “exército mercenário”. A associação a um dos maiores líderes da revolução Russa não nos parece gratuita com já evidenciamos na página seis. É uma clara tentativa de, simbolicamente, desqualificar o PT e um dos seus principais dirigentes. No segundo trecho da reportagem, a revista semanal procura apontar o caminho para que o PT saia da crise.

Não basta, como diria o Lula de outrora, ter vontade política, termo que sempre é sacado da algibeira quando se quer sepultar um assunto. O caso agora é de ter uma

política de vontades – vontade de deixar um legado duradouro e positivo para os brasileiros, vontade de alijar os aliados deletérios, vontade de modernizar o Estado e vontade de separar o público do privado e o partidário do público. (Veja, 29/06/2005:67).

A repetição da citação é necessária, a nosso ver, pelo fato de que fica evidente que a revista procura influenciar, não de forma direta, mas buscando sempre por meio de exercício do poder simbólico impor a sua forma de pensar. A última reportagem analisada nesse estudo, revela o desejo explícito da revista, a saber, o desaparecimento do PT como partido político.

Há, dentro e fora do PT, quem defenda a esdrúxula tese de que o fim da legenda represente uma ameaça à democracia brasileira, em virtude do papel desempenhado pelo PT junto a alguns setores organizados da sociedade. Trata-se de uma bobagem... [...] Felizmente, esse petismo de resultados tem encontro marcado na lata de lixo da história com outras experiências reais do ideário marxista. (Veja, 17/08/2005:70-72).

Ora, é evidente que *Veja* procura, novamente de forma simbólica, associar a prática petista no governo federal com experiências revolucionárias do século XX, em especial as revoluções Russa e Cubana. Mas, para além disso, ao postular a eliminação de um partido do cenário político, a revista acaba por se colocar contra a própria democracia

liberal-representativa que ela supostamente defende.

Carta Capital, a exemplo de *Veja* realiza fortes críticas ao comportamento do PT. Na primeira reportagem analisada neste artigo, a revista semanal, ao mesmo tempo em que pretende fazer uma crítica ao partido e a seus membros que teriam sido seduzidos pela “nova fase” em que vivia o partido. Essa “nova fase”, pode se entender como uma “história contemporânea” do partido, uma fase em que o PT, teria se tornado pragmático, abandonando a sua pré-história em que realizava suas campanhas de forma romântica e com isso não arrecadava verbas suficientes para, de fato, entrar em uma disputa eleitoral com chances reais de vitória. Ao finalizar a reportagem, a revista, avalia que a crise se deveu ao poder substancial que José Dirceu, a sua cúpula exerciam dentro do partido, citando o sociólogo alemão Robert Michels para confirmar a sua tese. O que importa ressaltar, é que *Carta Capital*, não isentando-se de realizar a crítica, procura contextualizar os fatos que levaram o PT a se tornar um partido adepto a práticas ilícitas de realizar campanhas políticas. Ao trazer a história do PT e buscar demonstrar como dirigentes do alto escalão teriam “colonizado” o partido, a revista nos parece procurar legitimar simbolicamente sua reportagem, sem que para isso coloque em questão o partido enquanto instituição.

Na segunda reportagem, *Carta Capital*, faz uma referência direta ao abalo que as denúncias de caixa dois e o “mensalão” teriam causado na credibilidade ética do PT. Para a revista, os deputados que renunciassem a mandatos para não serem cassados deveriam ser impedidos pelo partido de concorrer. Na terceira reportagem, aqui

estudada, *Carta Capital* faz um detalhado inventário da situação do partido, revela que as disputas internas estavam prejudicando muito o PT e avalia que para o pleito eleitoral de 2006, o partido deveria resolver sua divisão interna e fazer uma plataforma de propostas que beneficiassem diversos setores da sociedade. As três reportagens de *Carta Capital* nos parecem diretamente relacionadas com a possibilidade de, além de contrapor *Veja*, poder indicar caminhos para que o PT superasse sua crise e reerguesse-se. Dessa forma, a revista utiliza-se do poder simbólico de duas formas: a primeira no sentido de colocar para a opinião pública uma “outra versão” credível dos fatos; a segunda para tentar influenciar o próprio PT nos rumos que deveriam ser tomados interna e externamente, para que o partido superasse a crise e voltasse a assumir o posto de principal representante das necessidades da população brasileira.

A ideia que defendemos nesse artigo e que procurarmos demonstrar por meio da análise dessas seis reportagens é que o jornalismo, principalmente o jornalismo político realmente exerce um forte poder de influência no cenário político brasileiro. O que acreditamos é que o conceito de poder simbólico cunhado por Bourdieu e que John Thompson também utilizou, pode ser explorado como uma teoria diretamente ligada ao jornalismo. Evidentemente que esse artigo tem um caráter experimental e que uma abordagem desse nível necessita de um maior entendimento e aprofundamento teórico de nossa parte. Ainda assim, acreditamos que conseguimos apontar pistas para uma abordagem qualitativa que tenha a cobertura jornalística da política como principal objetivo.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. (1998), *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- LIMA, Venício A. de. (2006), *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- THOMPSON, John. (2002), *O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

Reportagens de *Veja*

- “O PT assombra o planalto”. *Veja*. São Paulo, p. 52-63, 15 jun. 2005.
- “O assalto ao estado”. *Veja*. São Paulo, p. 58-67, 29 jun. 2005.
- “A agonia de um partido”. *Veja*. São Paulo, p. 66-72, 17 ago. 2005.

Reportagens de *Carta Capital*

- “O PT enfia o pé na jaca”. *Carta Capital*. São Paulo, p. 29-33, 20 jul. 2005.
- “Rastros na lama”. *Carta Capital*. São Paulo, p. 30-33, 10 ago. 2005.
- “Missão impossível”. *Carta Capital*. São Paulo, p. 26-30, 31 ago. 2005.